

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.898 - MG (2019/0301089-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOSÉ RONALDO DOS REIS (PRESO)
ADVOGADO : ALEXANDRE CELIOTO CONTIN - MG176428
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSÉ RONALDO DOS REIS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.103230-9/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso temporariamente em 27/02/2018, convertida a custódia em preventiva, tendo sido pronunciado em 28/11/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

EMENTA: EMENTA: HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – MODUS OPERANDI – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS SEUS REQUISITOS AUTORIZADORES, PREVISTOS NO ART. 312, DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMPROMETIDA – APLICAÇÃO DA LEI PENAL A SER ASSEGURADA – EXCESSO DE PRAZO – INOCORRÊNCIA – PACIENTE PRONUNCIADO – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N.º 21, DO STJ – MEDIDA MAIS GRAVOSA – NÃO ACOLHIMENTO – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO – ORDEM DENEGADA.

- Tendo em vista o *modus operandi* empregado pelo paciente, resta evidenciado o *periculum libertatis*, o que demonstra a necessidade da manutenção de sua segregação cautelar para a garantia da ordem pública, nos moldes do art. 312, do CPP.

- Inexiste constrangimento ilegal se a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada, com o fim de se resguardar a ordem pública e para se assegurar a aplicação da lei penal, nos moldes do art. 312, do CPP.

- Conforme inteligência da Súmula n.º 21, do Superior Tribunal de Justiça, pronunciado o réu fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na formação de sua culpa.

- Não deve prosperar o argumento de ser a medida constritiva mais gravosa do que a pena a ser imposta em caso de eventual condenação, vez que tal análise dependerá do estudo das diretrizes traçadas pelos arts. 59, do Código Penal, da fortuita incidência de agravantes, atenuantes, causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena, assim como do quantum das sanções efetivamente concretizadas quando da prolação do

Superior Tribunal de Justiça

decisum.

- Ordem denegada (fl. 221).

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta excesso de prazo na custódia cautelar do paciente, que se encontra preso há mais de 1 ano e 6 meses. Diz que deve haver uma relativização dos enunciados das Súmulas n.s 21 e 52 do STJ.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou alternativamente, a concessão da liberdade provisória.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

